

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº93 Rio de Janeiro, de 16 a 22 de agosto de 2005

O futuro sob a proteção da lei

Marcelo Frauches



Recém-nascido na incubadora: leis aprovadas na Alerj garantem acesso a exames que diagnosticam uma série de doenças

O pequeno R. dorme tranqüilo em uma das incubadoras do Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth na Praça XV. Lá ele recebe os cuidados necessários para conseguir ganhar peso e resistência, antes de ir para casa. O que ele ainda não sabe é que seu direito à prevenção da saúde está garantido por leis aprovadas pelos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. As iniciativas garantem acesso a diversos exames preventivos, no sentido de rastrear doenças genéticas, metabólicas e congênitas.

As iniciativas dos deputados também propiciam aos pequenos fluminenses a garantia de sua saúde visual. É o caso

da lei que obriga a realização do exame verificador da catarata congênita. Projetos de lei que tramitam na Casa querem assegurar o bem-estar dos ouvidos das crianças, através da realização de exames audiométricos ainda dentro das maternidades. Além disso, a legislação fluminense também cobre o direito ao aleitamento materno e o incentivo à doação de leite, para bebês que por qualquer motivo não possam ingerir o leite da própria mãe. Com tudo isso, o pequeno R. pode continuar a dormir sossegado. O legislativo do Estado do Rio de Janeiro olha por ele.

PÁGINAS 4 e 5

**Encontro da Unale
debate mídia e
legislativo**

PÁGINA 2

**Prefeitos repudiam
adiamento do
Arco Rodoviário**

PÁGINA 3

**Comissão leva
Defensoria Pública
à Polinter**

PÁGINA 7

Comunicação na pauta da Unale

ENCONTRO EM BRASÍLIA REÚNE REPRESENTANTES DE 15 ASSEMBLÉIAS PARA DISCUTIR O LEGISLATIVO E A MÍDIA

VALESCA RIVIÉRI

A importância dos meios de comunicação dos legislativos, para a promoção do diálogo entre o cidadão e os parlamentares, foi o enfoque do 1º Encontro Nacional de Diretores de Comunicação promovido pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), realizado no último dia 8, que reuniu em Brasília representantes de 15 estados e do Distrito Federal. Além dos diretores, participaram do encontro o presidente da Unale, deputado José Távora, do Rio de Janeiro; o 1º vice-presidente, Liberman Moreno, do Amazonas; o 4º vice-presidente, Manoel Maria, do Rio Grande do Sul, e os palestrantes Helival Rios, diretor de Jornalismo da Comunicação Social do Senado; Tales Faria, diretor da *IstoÉ* em Brasília, e José de la Peña, diretor da Monte Castelo Idéias.

Rios destacou o importante papel da mídia dos legislativos com base na pesquisa realizada pelo Senado para medir o índice de aproveitamento das matérias produzidas pelos veículos internos. Na comparação, o aproveitamento saltou de 0,25%, em 1997, para 75%, este ano. O diretor do Senado destacou a transmissão ao vivo das Comissões Parlamentares de



Divulgação Unale

O deputado José Távora afirmou que a informação é a grande arma dos legislativos

Inquérito (CPIs) como grande alavanca-dora de audiência. O primeiro depoimento do ex-ministro José Dirceu, no Conselho de Ética da Câmara, foi comparado às finais da Copa do Mundo. Rios demonstrou interesse em conhecer os recursos e o aparelhamento das assembleias, para desenvolver um produto nacional com divulgação em todo o País.

Para José Távora, a informação é a grande arma dos legislativos, para combater o ceticismo da população com relação aos políticos. “É preciso mostrar o trabalho desenvolvido pelos parlamen-

tares, não só para informar, mas para que a população cobre daqueles que não trabalham”, afirma. O diretor da Monte Castelo Idéias, José de la Peña, falou sobre o planejamento de comunicação da Unale, que inclui o movimento pela Ética na Política, promovido pela instituição. “A campanha tem como objetivo resgatar a imagem dos legislativos estaduais”, afirmou la Peña. A principal iniciativa é o lançamento do Código de Ética, previsto para setembro, a ser adotado por todas as assembleias e a Câmara Legislativa do DF.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretária:

Léo Vivas

3º Secretário:

Marco Figueiredo

4º Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Fonte, Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Camila Parada,

Juliana Dametto, Julio Honaiser,

Rony Maltz

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Não há só a perversidade da não distribuição de renda, mas também uma tortura, porque anunciar com antecedência um salário mínimo miserável significa não ter qualquer compromisso.”

Paulo Ramos (PDT), sobre a intenção do Governo federal de elevar o salário mínimo para R\$ 320



“Isto é um golpe mortal nas pretensões de desenvolvimento econômico da nossa Região Metropolitana, afetando a cidade do Rio de Janeiro, toda a Baixada Fluminense, e punindo o Porto de Sepetiba.”

Luiz Paulo (PSDB), sobre a decisão de adiamento das obras da RJ-109

“Sinto-me como quando um casamento não dá certo: não conseguirei mais viver com aquela pessoa, porque não concordo com a sua conduta, mesmo que ela prometa mudar de atitude.”

Paulo Pinheiro (sem partido), ao anunciar seu desligamento do PT

Picciani presta contas na Baixada

PREFEITOS DIVULGARAM NOTA REPUDIANDO DECISÃO DO GOVERNO FEDERAL DE ADIAR OBRAS DO ARCO RODOVIÁRIO

GEIZA ROCHA

Os 13 prefeitos da Baixada Fluminense, liderados pelo prefeito petista André Ceciliano, de Paracambi, assinaram, no último dia 11 – durante palestra “Política e Desenvolvimento: O Papel da Alerj no Desenvolvimento Econômico do Estado” com o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), em Duque de Caxias – uma nota de repúdio ao adiamento das obras do Arco Rodoviário da Baixada. “Esta obra é de fundamental importância para a região, e por isso este adiamento tem que ser revisto. Ele nem passa na minha cidade, mas sei de sua importância para a Baixada e para a região Sudeste”, afirmou o prefeito.

Durante o encontro, que reuniu vereadores, secretários municipais e representantes de entidades e de indústrias da região, Picciani prestou contas de sua gestão na presidência da Alerj nos últimos dois anos e meio, destacando as iniciativas aprovadas pelos deputados estaduais que trouxeram desenvolvimento à Baixada. “Em três anos aprovamos 30 leis de incentivos fiscais, que transformaram o Rio de Janeiro no estado com a legislação tributária mais avançada do País. As leis permitiram, por exemplo, a criação do Pólo Gás-Químico, que já possui oito empresas instaladas e 40 interessadas na fila”, sublinhou o presidente.

Além das leis de incentivos fiscais, a Alerj está presente na região por meio de indicações legislativas e emendas que permitiram a construção de farmácias, casas e restaurantes populares, hospitais e centros de cidadania. “Esta série de leis só foi aprovada graças à harmonia e à independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado”, afirmou o presidente, que buscou nos últimos anos o diálogo permanente com os líderes dos partidos para o apoio aos projetos importantes da Casa. Além disso, acrescentou, foram fortalecidas as comissões temáticas da Casa e enfrentadas questões como o nepotismo, os supersalários, o recesso,



No alto, Jorge Picciani lembra iniciativas da Alerj que atraíram empresas para a Baixada. Embaixo, o prefeito André Ceciliano assina o manifesto em repúdio ao adiamento da RJ-109

que passou de 90 para 60 dias, e a redução do número de parlamentares que recebem auxílio moradia.

Esta é a quarta reunião que Picciani realiza com prefeitos de municípios do estado do Rio. Durante o recesso parlamentar de julho, o presidente esteve nas regiões Sul, dos Lagos e Noroeste e reuniu um total de 35 prefeitos para prestar contas sobre a atuação da Alerj nos últimos dois anos e meio. “Democracia se faz com transparência e infor-

mação”, acredita Picciani.

Também estiveram presentes à reunião em Caxias os deputados Acáris Ribeiro (PSC), Georgette Vidor (PPS), Andréia Zito (PSDB), Geraldo Moreira (PSB), Iranildo Campos (PP), Sergio Soares (PMDB), Renato de Jesus (PMDB), Roberto Dinamite (PMDB), Gilberto Silva (PPS), Edmilson Valentim (PC do B), Antônio Pedregal (PSC), Leandro Sampaio (PMDB) e José Távora (sem partido).

Legislação ampara os pequenos

Exames de prevenção a várias doenças são temas de leis e projetos

ALINE FONTE E CAMILA PARADA

Cuidar do bem-estar dos cidadãos fluminenses desde o nascimento. Este é o objetivo das leis e projetos em tramitação na Assembléia Legislativa do Rio, que tratam sobre exames preventivos essenciais aplicados aos recém-natos. Ao apresentar iniciativas que obrigam a verificação precoce de doenças neurológicas, visuais, auditivas e hormonais em recém-nascidos, além da instalação de banco de leite humano, os deputados estaduais buscam não só reduzir a mortalidade neonatal, como também garantir a saúde futura dos pequenos.

As iniciativas não são de hoje. Uma grande conquista da Alerj foi a implantação da Lei 854/84, do ex-deputado Roberto Cerdeira, que obriga hospitais e maternidades do estado a realizar o teste do pezinho em recém-nascidos. O exame, hoje, é realizado em toda a rede estadual, e possibilita o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo, além de mais de 30 outras patologias metabólicas e congênicas. A realização do exame é defendida pela coordenadora do Programa Estadual de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (Paismca), Eliana Diniz Calazans. “Essas doenças, quando diagnosticadas e tratadas precocemente, têm grandes chances de cura”, afirma.

A visão dos pequenos cidadãos também é alvo de preocupação dos parlamentares. A Lei 3.931/02, de autoria de

Noel de Carvalho (PMDB), obriga os hospitais públicos e particulares a realizar exames de identificação da catarata congênita, através da técnica de “reflexo vermelho”. Segundo o deputado, reconhecer este tipo de catarata cedo é de extrema importância para o bom desenvolvimento da criança, pois permite o procedimento cirúrgico precoce, levando a enfermidade a causar menores danos à acuidade visual. “Pensamos em suprir as necessidades de realização de uma avaliação oftalmológica, até o fim do primeiro mês de vida da criança, para não permitir que as crianças tenham sua visão prejudicada por uma enfermidade de fácil controle”, justifica Noel. Apesar da conquista na legislação, poucos hospitais da rede pública dispõem de recursos financeiros para efetuar o “exame do olhinho”, como é popularmente conhecido. A falta de profissionais especializados também é uma barreira, segundo o membro do Departamento Científico de Neonatologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, José Roberto Ramos. “Essas leis são uma vitória, mas é importante que se façam cumprir. Parcerias entre as sociedades pediátricas e o Governo poderiam viabilizar isso”, acredita.

Ainda no que diz respeito a diagnósticos após o nascimento, tramitam na Casa projetos de lei que objetivam a verificação de deficiências auditivas em recém-nascidos. Os deputados Noel de Carvalho e Waldeth Brasiel (PL) são autores de projetos que pretendem tornar obrigatório o exame audiométrico dentro da instituição onde o bebê nasceu. Segundo Eliana Diniz, o Governo do estado ainda não possui condições de oferecer esse serviço. “A realização do teste de audiometria depende de uma aparelhagem que, hoje, os hospitais estaduais não possuem por falta de infra-



Cristiane de Souza observa seu filho Fabrício

estrutura”, justifica.

O incentivo à doação de leite e ao aleitamento materno também ganharam espaço na legislação fluminense. É o caso das leis 750/84, do ex-deputado José Augusto Guimarães, e 3.731/01, do deputado Pedro Augusto (PMDB). A primeira refere-se à criação de bancos de leite humano em hospitais estaduais, com o intuito de atender às necessidades alimentícias dos recém-nascidos – especialmente prematuros – que, por alguma razão, não podem ingerir o leite da própria mãe. De acordo com a Secretaria estadual de Saúde, apenas o Hospital Rocha Faria dispõe do banco de leite em suas instalações. A segunda lei cria a política de aleitamento materno no estado, com o objetivo de estabelecer ações voltadas à promoção, proteção e incentivo ao aleitamento materno. “Campanhas educativas para incentivar o aleitamento materno são fundamentais para uma geração de crianças saudáveis”, finaliza Pedro Augusto.

AMAMENTAR NÃO É UMA OPÇÃO DA MÃE,
É UM DIREITO DA CRIANÇA

Placa afixada em hospital estimula a amamentação: obediência à lei estadual

fluminenses desde o nascimento

Foto Marcelo Frauches e Aline Fonte



ser submetido ao teste do pezinho: exame ajuda a detectar traços de 30 doenças

Gêmeos agradecem cuidados recebidos

Os gêmeos Fabrício e Fábio de Souza Monteiro são pequenos lutadores. Nasceram no último dia 25 de julho no Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth, na Praça XV, aos sete meses de gestação. Como o parto foi antes do tempo, os dois bebês precisaram brigar pela sobrevivência em incubadoras, recebendo cuidados especiais. No último dia 11, finalmente foram considerados aptos a realizar o primeiro exame preventivo de suas vidas: o teste do pezinho. Apesar da ansiedade, ao ver seus bebês submetidos ao exame, a mãe das crianças, Cristiane Penha de Souza, 25 anos, considerou o diagnóstico do exame fundamental para a saúde de seus filhos. Cristiane tem suas razões: sua família apresenta casos de anemia falciforme, uma das doenças

cujos traços podem ser identificados através do exame. “É muito bom que existam leis que tratem desses exames, pois, assim, as mães ficam sabendo como cuidar dos seus filhos e prevenir doenças”, diz.

Atualmente, o teste do pezinho no Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth, de rede municipal, só é feito em bebês que nascem prematuramente ou que, por alguma outra razão, fiquem internados por mais de uma semana. O teste também é feito em crianças que vão morar em outros municípios. Os bebês que nascem em outras maternidades têm acesso ao teste na rede de postos de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde do Rio realiza, ainda, os testes oftalmológico e audiométrico.

Proteção até contra troca de bebês

⇒ **Lei 2.223/94** – De autoria do ex-deputado Albano Reis, a lei obriga hospitais, casas de saúde e maternidades, públicos e privados, a identificar os bebês nas salas de parto mediante contato do pé com chapa própria para cadastramento em computador.

⇒ **Lei 3.990/02** – O ex-deputado Wolney Trindade criou a lei que determina que hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidades adotem medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca de recém-nascidos.

⇒ **Lei 3.337/99** – A lei, do deputado Dica (PMDB), autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com hospitais e clínicas da rede particular, para ocupação de leitos nas UTIs e CTIs, no caso de falta de vagas na rede pública, inclusive para o atendimento a recém-nascidos.

⇒ **Lei 4.582/05** – De acordo com a lei, do deputado Luiz Paulo (PSDB), maternidades e hospitais públicos do estado devem realizar exames oftalmológicos em recém-nascidos que nascerem prematuramente, sofrerem trauma no parto ou forem portadores de infecção congênita.

⇒ **Lei 3.154/98** – Hospitais públicos devem aplicar a primeira dose da vacina contra hepatite B nas parturientes e nos recém-nascidos. É o que dita a lei dos ex-deputados Marcelo Dias e Lúcia Souto.

⇒ **PL 2.431/05** – Com este projeto, o deputado Iranildo Campos (PP), estabelece que as maternidades da rede pública do estado devem conceder um kit de utilidades que atendam às necessidades de recém-nascidos.

EM DEBATE: O ADIAMENTO DAS OBRAS DO ARCO RODOVIÁRIO

EDMILSON VALENTIM

DEPUTADO ESTADUAL PELO PCdoB

O Rio não pode parar

Leandro Rosa

Primeiro, o metrô. Agora, é a construção do Arco Rodoviário de Sepetiba que está ameaçada de não ir adiante por obra da crise política e da dificuldade da relação do Governo federal com o estadual. Ficou evidente que, neste episódio, a falta de sensibilidade é da parte do Governo federal. O Arco Rodoviário é uma obra fundamental não só para a economia do Rio de Janeiro, como para o programa de exportação brasileiro. E iniciativas de desenvolvimento do estado não podem ser barreadas simplesmente por rivalidades políticas, sob pena de o povo sofrer conseqüências.



O projeto prevê a formação de um arco em torno da Baía de Guanabara, passando pelo Porto de Sepetiba, cruzando a BR-101 na Zona Oeste do Rio, cortando a Baixada Fluminense, a Via Dutra e a Washington Luiz, e ligando o Rio de Janeiro a todas as rodovias federais. Além de ser uma importante rodovia, o Arco Rodoviário terá papel fundamental no acesso ao Porto de Sepetiba, para facilitar o escoamento da produção, já que as atuais vias de acesso estão perto da saturação. Além de revitalizar o complexo portuário de Sepetiba, o arco vai contemplar também a integração e o desenvolvimento econômico dos municípios da Baixada Fluminense por onde passar. A nova rodovia alcançará os pólos industriais de Resende, Queimados e Porto Real, o Comple-

xo Industrial de Itaguaí e o Pólo Gás-Químico de Duque de Caxias. A cidade do Rio também será beneficiada com a ligação do Porto de Sepetiba à Manilha, em Niterói, desafogando o tráfego de caminhões que hoje

congestionam a Avenida Brasil.

Incluído no Plano Plurianual de Investimentos (PPAs) como obra prioritária, a primeira etapa do projeto, com os estudos técnicos e a engenharia financeira, já foi cumprida. A construção, portanto, é consenso entre os Governos estadual e federal, e a iniciativa privada. Um recuo trará sérios efeitos colaterais. Por tudo isso, é inadiável a incorporação dos investimentos do Governo federal no estado. O povo do Rio de Janeiro não pode prescindir do Arco Rodoviário, assim como das obras do Metrô – não só até Copacabana. O Rio de Janeiro não pode parar, nem o Brasil.

“A construção é consenso entre os governos e a iniciativa privada”

JORGE PICCIANI

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

O Arco do triunfo

Augusto Carazza

Ensina o dito popular que de boas intenções o inferno está cheio. Em política, é preciso um pouco mais do que boa vontade. É fundamental realizar e mostrar serviço. Do contrário, o discurso torna-se conversa para boi dormir. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, sempre atento às suas responsabilidades, cumpriu com seu dever e garantiu os R\$ 7,5 milhões necessários à concretização do trecho principal das obras do Arco Rodoviário do Rio.



Foram dois anos de intenso trabalho da bancada fluminense, para assegurar os recursos que viabilizam o projeto executivo e o estudo de impacto ambiental dos 77 quilômetros da RJ-109, que ligarão o Porto de Sepetiba à BR-101, à Via Dutra e à Washington Luís até a Rio-Teresópolis. No entanto, agora o Governo federal alega que não é possível investir recursos da União em uma rodovia estadual, como justificativa para adiar o início de grande parte das obras para 2006. A pressão de setores importantes de nossa economia fez com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltasse atrás e garantisse ao menos a duplicação da BR-101, entre Santa Cruz e Itacuruçá.

Não é o suficiente. Com o retardamento do início das obras, o estado deixa de injetar R\$ 3 bilhões em sua economia. A expectativa frustrada também atrasa o incremento

esperado na arrecadação do ICMS do estado. Mais do que isso, o Arco Rodoviário do Rio se configura como uma alternativa de desenvolvimento econômico para todo o País, pois que vai facilitar o transporte entre

dois aeroportos, quatro portos e as principais rodovias brasileiras, multiplicando os investimentos em empreendimentos imobiliários, na expansão do comércio e dos serviços.

Ademais, a rodovia possibilitará a integração com pólos de produção de outros estados, sem falar na articulação entre projetos como a o Porto de Sepetiba, a Reduc e o Pólo Gás-Químico. Fica patente, portanto, a urgência da concretização desse projeto. A crise política por que passa o Governo federal não pode servir como argumento para justificar a falta de planejamento que protela obras de interesse nacional.

“A expectativa frustrada atrasa o incremento da arrecadação”

Direito a defesa garantido na Polinter

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CASA LEVA DEFENSORES PÚBLICOS PARA PRESTAR ATENDIMENTO A PRESOS



Luzanilba Moreira atende um dos detentos, observada pelo deputado Geraldo Moreira

ALINE FONTE

Por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, a Defensoria Pública da Alerj realizará atendimento jurídico aos presos da Polinter. O trabalho começou no último dia 11. O objetivo da comissão é diminuir o problema de superlotação na carceragem, a partir da análise de casos de presos que já podem ser colocados em liberdade ou que devem ser transferidos para o regime fechado. “Essa foi uma solução imediata que encontramos, mas sabemos que isso apenas ameniza o problema”, declarou o presidente da comissão, deputado Geraldo Moreira (PSB). Foram atendidos, ao todo, 158 presos. O trabalho deve ser permanente, e o atendimento será feito toda semana.

De acordo com o parlamentar, dos 21 mil presos que o sistema penitenciário do estado abriga, aproximadamente 4 mil já teriam condições de estar em liberdade, e não estão por conta da demora na análise dos processos e da falta de advogados particulares. “Esse trabalho da Alerj é muito importante. Muitos presos não são assistidos por advogados, e por isso acabam tendo sua detenção prolongada”, afirmou o delegatitular da Polinter, Luiz Alberto Andrade. As deficiências jurídicas resultam na superlotação de celas, como aconte-

ce na Polinter, que conta, hoje, com mais de 1.500 detentos, apesar da capacidade da carceragem ser de, no máximo, 300 pessoas. “Este mutirão que estaremos realizando nas próximas semanas visa a encaminhar ao Judiciário os casos que podem deixar a Polinter”, afirmou o deputado, apontando o passo seguinte da comissão.

A Defensoria Pública acredita que encontrará na Polinter muitos detentos condenados ao regime fechado, mas que nunca foram transferidos e já cumpriram o período penal determinado pela sentença dentro da própria Polinter, que deveria servir apenas como carceragem provisória. “Essas pessoas que já cumpriram pena aqui não precisam mais aguardar transferência, já podem ser liberadas”, esclareceu a defensora pública Luzanilba Moreira. Uma das preocupações da defensora é a continuidade do problema da superlotação, uma vez que a instituição recebe uma média de 30 novos detentos por dia. “O problema pode diminuir a partir dessa assistência e, daqui a um mês, voltar. Nosso trabalho deve ser constante, até que o Estado encontre meios de resolver isso definitivamente”, analisou. O problema da superlotação na Polinter foi conhecido pela Comissão de Direitos Humanos em maio, que visitou a unidade após receber denúncias de tratamento desumano aos presos.

CURTAS

Conselho de Ética

O deputado Luiz Paulo (PSDB) foi eleito, por unanimidade, vice-presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. “Só aceitaria se fosse uma decisão unânime. É uma posição de muita responsabilidade, e todos têm que estar de acordo com a composição do Conselho”, afirmou o parlamentar. O cargo estava vago desde a saída de Hugo Leal (PSC), que deixou a Casa para assumir a Secretaria estadual de Justiça e Direitos do Cidadão.

PPPs em debate

Representantes das entidades que compõem o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro discutiram, no último dia 10, a mensagem do Executivo que cria o Propar – Programa de Parcerias Público-Privadas do estado. Segundo o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), as entidades poderão enviar sugestões de melhoria ao projeto, antes que ele vá para as 17 comissões permanentes que o analisarão. O projeto tramita em regime de urgência, mas Picciani afirma que isto pode mudar, caso o prazo de 45 dias de tramitação seja insuficiente.

Metas do Milênio

A Escola do Legislativo Fluminense realizou, no dia 11, a sexta palestra do programa Metas do Milênio. O evento debateu o tema “Educação básica de qualidade para todos”, e contou com a participação do vice-prefeito de Niterói, Comte Bittencourt, e da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Marielza Oliveira. No dia 12, a cidade de Tanguá recebeu o primeiro debate do programa realizado em municípios, com o tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”.

ENTREVISTA PAULO ALBERNAZ

DEPUTADO PELO PMDB

‘É um prazer retornar a esta Casa’

FERNANDA GALVÃO

Em 1975, ele estava entre os deputados estaduais que deram início aos trabalhos no Parlamento do recém-criado Estado do Rio de Janeiro. Em seu quinto mandato, Paulo Albernaz (PMDB) diz que muita coisa mudou na Assembléia Legislativa, e que, do alto dos seus 70 anos, ainda tem muita disposição de aprender. “A verdade é que todos os dias se apresenta um fato novo. Conviver com deputados novos e outros já conhecidos, com diferentes posturas e pensamentos, para mim é sempre um aprendizado muito grande”, afirma Albernaz. Viúvo, pai de seis filhos, o deputado retorna à Casa após a saída de Hugo Leal, que assumiu a Secretaria estadual de Justiça e Direitos do Cidadão. Natural de Campos, ele rejeita o rótulo de bairrista e diz que suas iniciativas são para o benefício de todo o estado.

O senhor volta à Casa praticamente no meio da legislatura. Como vê este retorno?

É um prazer muito grande ter retornado à Alerj. Pretendo, neste período que terei pela frente, defender os interesses da população, através de projetos de lei, discussões sérias e solicitações ao Executivo, no sentido de atender às necessidades do povo.

O senhor, então, já começou a trabalhar em novos projetos de lei?

Já tenho alguns temas em mente. Alguns projetos, que parecem ser de pequeno efeito, conseguem beneficiar e proteger boa parte da população. É o caso de um projeto que pretendo apresentar, que determina normas para o acondicionamento higiênico da cana-de-açúcar destinada ao consumo da população. Isto porque a cana, que é colhida na lavoura e recolhida em galpões, costuma ficar em ambientes repletos de insetos, ratos e outros animais prejudiciais à saúde do homem.



Rony Maltz

Depois de examinar estes locais, tive a idéia de criar um projeto que determina que a cana só pode ser removida e enviada ao consumo devidamente embalada, de acordo com normas de higiene e segurança alimentar. Além de conhecer a fundo a realidade das lavouras de cana, já que esta é uma das principais ativida-

às vezes não sabe nem andar direito na Casa. Eu já fui presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro anos, fui vice-presidente da Casa. Conheço a tramitação dos projetos, os funcionários, a legislação. Isto, sem dúvida, ajuda muito.

“Conviver com deputados é sempre um aprendizado muito grande”

O senhor faz parte do partido da governadora Rosinha Garotinho, e seu nome foi cotado para disputar novas eleições a prefeito em Campos, após a cassação do eleito Carlos Campista. Diante disso, como fica a sua posição na Casa?

Com relação à eleição em Campos, estamos aguardando a posição da Justiça Eleitoral. Caso o candidato Geraldo Pudim esteja impedido de concorrer novamente, meu nome está cotado para entrar no páreo. Mas, meu trabalho na Assembléia não será pautado por isso, ao contrário; cada mandato é uma grande contribuição a quem nos elegeu. Quanto a ser parte da base do governo, é simples: faço parte de um grupo que defende a gestão da governadora por acreditar no trabalho que vem sendo desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro.

des econômicas da minha cidade, Campos, esta idéia surgiu após os registros de Doença de Chagas no Sul do País, transmitida pelo caldo-de-cana.

O senhor foi um dos deputados da primeira legislatura da Casa. Esta experiência é um diferencial?

Com certeza. Fui vereador por cinco mandatos, e estou no quinto mandato de deputado estadual. Esta experiência ajuda porque o deputado, quando é eleito,